

“VOCÊ É UMA MULHER NEGRA?” A DESMENTIDA RACISTA NA PESSOA DA ANALISTA

“ARE YOU A BLACK WOMAN?” THE RACIST DENIAL IN THE PERSON OF THE ANALYST

“¿ERES UNA MUJER NEGRA?” LA NEGACIÓN RACISTA EN LA PERSONA DE LA ANALISTA

Jéssica Laís Silva Antunes¹

Resumo: O presente trabalho discute o racismo presente na clínica psicanalítica, a partir da dinâmica transferencial entre uma analista negra e uma analisanda branca. A pesquisa recorre à dimensão histórica colonial brasileira e às diferenças fundantes no psiquismo do sujeito negro e do branco, buscando localizar desigualdades presentes na hierarquia racial e seus efeitos na clínica. Além disso, visa tensionar a branquitude psicanalítica, que mantém discussões escassas sobre racialidade e dimensão social, fruto de seu privilégio firmado no pacto narcísico.

Palavras-chave: Clínica. Psicanálise. Racismo. Relações raciais.

Abstract: This paper discusses the presence of racism in the psychoanalytic clinic, focusing on the transference dynamics between a black analyst and a white analysand. The research draws on Brazil's colonial history and the foundational differences in the psyche of black and white subjects, aiming to identify inequalities embedded in the racial hierarchy and their effects within the clinical setting. Furthermore, it seeks to challenge psychoanalytic whiteness, which sustains scarce discussions on race and the social dimension — an outcome of its privilege rooted in the narcissistic pact.

Keywords: Clinical practice. Psychoanalysis. Racism. Racial relations.

Resumen: El presente artículo aborda el racismo en el ámbito de la clínica psicoanalítica, centrándose en la dinámica transferencial entre una analista negra y una paciente blanca. La investigación se apoya en la dimensión histórica del colonialismo brasileño y en las diferencias estructurales en el psiquismo de los sujetos negros y blancos, con el objetivo de identificar las desigualdades inscritas en la jerarquía racial y sus efectos en la práctica clínica. Asimismo, busca problematizar la blancura en el discurso psicoanalítico, la cual ha sostenido un silencio persistente respecto a la racialidad y a la dimensión social, como resultado del privilegio cimentado en el pacto narcisista.

Palabras clave: Práctica clínica. Psicoanálisis. Racismo. Relaciones raciales.

¹ Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); psicanalista; membro associado dos Estudos Integrados em Psicanálise (ESIP). E-mail: jessicaantunespsi@gmail.com

Os ossos de nossos antepassados colhem as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje. Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo cuidando de nossa dolorida memória. A terra está coberta de valas e a qualquer descuido da vida a morte é certa. A bala não erra o alvo, no escuro um corpo negro bambeia e dança. A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros (Evaristo, 2017, p. 17).

INTRODUÇÃO

Algo inquietante se instaura no tratamento analítico quando surge uma interpelação abrupta dirigida à analista: “você é uma mulher negra?”. O questionamento emerge após certa intervenção sobre como a analisanda se sentia em relação à analista, que encarnava as características desprezíveis que ela mesma havia desferido durante a sessão. Essa pontuação fratura a desmentida presente no tratamento ao explicitar a cor da analista. Será que analistas — aqui entendidos como praticantes da ética psicanalítica — têm cor? Por que, afinal, surpreende ou causa espanto a descoberta da negritude da analista? O que ocorre quando questões antes cindidas, como ser mulher negra e ser psicanalista, entram em choque?

A despeito da suposta neutralidade do inconsciente, Nogueira (2021) discute a dimensão psíquica do racismo e as formas sócio-históricas pelas quais o racismo determina configurações no psiquismo do negro, assim como preserva o universalismo no sujeito branco e, portanto, formula o psiquismo tanto do branco quanto do negro. A autora se questiona acerca dos efeitos da estrutura colonial escravista, em especial na realidade brasileira. Defende que a concepção de sujeito branco é portadora de uma posição genérica, o neutro da humanidade, enquanto o sujeito negro carrega o elemento marcado, sendo-lhe conferidos aspectos inferiorizantes. Assim, o inconsciente seria desde sempre atravessado pelo racismo: para o negro, uma marca mnêmica de sofrimento; para o branco, uma marca de gozo perverso.

Sob o signo de “mulher negra”, Gonzalez (2020a) discorre sobre suas duas principais ocupações durante o período da escravatura brasileira: primeiro, como trabalhadora nas plantações, ligada diretamente à sustentação do regime econômico; e, em segundo, como mucama, trabalhadora da casa dos senhores, responsável pelas tarefas domésticas e pelos cuidados das crianças brancas. Baseada na posição histórico-social-econômica da mulher negra, a autora indica que, em 1980, 83% das mulheres negras se concentravam em trabalhos manuais não qualificados, dados que se confirmam ainda no Brasil de 2024, quando há maioria de mulheres negras nos trabalhos domésticos e informais (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2024), fragmentos contemporâneos da escravização.

Acerca do lugar imaginário que ocupa a mulher negra, a autora expõe o racismo e o sexismo a partir de duas percepções derivadas da figura da mucama: a mulata e a mãe preta. Gonzalez (2020b) descortina a objetificação da mulher negra quando reconhece, na posição da doméstica, as insígnias sociais de “burro de carga”, servente às famílias brancas e prestadora de serviços, e identifica a mulata, em contrapartida, como a encarnação de objeto de entretenimento e de desejo sexual, resquícios da identificação da trabalhadora escravizada como instrumento de satisfação das necessidades sexuais dos senhores.

Desse modo, é possível refletir quais seriam os impactos no imaginário social e subjetivo quando a mulher negra é vista ocupando trabalhos que frustram o estigma da negra subserviente. Quais seriam os marcadores sociais e subjetivos presentes no reconhecimento da mulher negra em um ofício predominantemente branco e masculino, como a psicanálise? Seria possível uma compreensão decolonial psicanalítica que considere as nuances racistas na dinâmica da transferência? O que se passa na relação da dupla terapêutica e, portanto, no campo do inconsciente racializado, quando o sujeito de suposto saber é negro? Poderia a negra ocupar tal lugar?

Fanon (2020) inaugura seu livro *Pele negra, máscaras brancas* questionando o que deseja o homem e, em particular, o homem negro. Aponta que o negro não seria apenas homem, mas homem negro, este que não corresponde ao ser universal, compreendido pelo homem branco, e que, por sua negrura, estaria alienado ao desejo da brancura, esta que confere o caráter de humanidade, ou seja, do ser. Kilomba (2020), no prefácio da última edição deste mesmo livro, adiciona que, por o homem negro não ser branco, não teria acesso ao patriarcado regido pela branquitude e, por isso, seria o outro. Assim, diz a autora, devido à mulher negra não ser nem branca nem homem, ela representaria, no operacionismo colonial, uma dupla ausência que a tornaria absolutamente inexistente.

O não reconhecimento do negro enquanto humano traduz a experiência da pessoa negra no campo daquilo que não é e não pode ser, dentro da perspectiva de igualdade entre pares. A desmentida se atualiza quando a realidade do negro é negada, suas percepções deixam de possuir condições de legitimidade, e o que prevalece é o que se alinha à brancura. Ou seja, nessa perspectiva que lhe é oferecida, o negro não existe enquanto si mesmo: existe à medida que o branco confere o status do que ele pode ou deve ser, atribuindo-lhe parcelas de legitimidade. Para Souza (2021), o modelo de identificação narcísico-imaginário oferecido é o ideal do ego branco, traduzido por Costa (2021) como fetiche da brancura.

A rede de significações da pessoa negra, portanto, circunscreve o que se narra como indesejável, inaceitável. Considerando as diferentes constituições psíquicas e o submetimento narcísico do negro ao branco, o questionamento direcionador deste trabalho é a operação ocorrida na dinâmica da dupla terapêutica quando a assimetria psicanalítica perpassa a hierarquia racial. A partir do fluxo associativo, numa vinheta de um caso clínico em que o racismo é desvelado, pretende-se discutir neste artigo como se articulam as representações implicadas no imaginário de uma analisanda branca referente à localidade subjetiva da pessoa negra enquanto analista.

ZULMIRA

A paciente chega, na última semana do ano, ao serviço de atendimento da instituição de psicanálise na qual eu atendia.

Zulmira, como escolhi chamá-la, é uma mulher branca, com cabelos grisalhos curtos e olhos azuis, com 60 anos à época, de aparência destoante de sua idade. Eu a penso como alguém com mais idade, não tanto pelo cabelo curto embranquecido ou pela roupa formal. Tem um olhar duro, uma feição entristecida. Chega a mim como uma criança atormentada por uma noite de pesadelos. Tinha o olhar distante e fixo, como quem procura algo desesperadamente. Parecia difícil sustentar a comunicação. Ela gritava, irritava-se e chorava. Apresentava-se desmarguada. O que vinha de Zulmira me comovia psíquica e corporalmente. Acionava-me um estado ansioso, de fuga, e tive vontade de encerrar aquele encontro algumas vezes. Ora apresentava-se com ódio que transpassava sua pele-carne viva, ora deixava-se emocionar como uma criança ferida pela dor de uma vida. A primeira sessão aconteceu como um despejo. Compreendi que Zulmira carregava traumatismos profundos, provocados por descontinuidades que lhe pareciam ter surgido subitamente. Apesar de me sentir inundada, tive vontade de conhecê-la melhor.

A turbulência não se limitava aos sentimentos do primeiro encontro. Zulmira vinha de uma filiação adotiva ocorrida na primeira infância, após ter passado por um adoecimento grave. Deixou sua cidade no interior, onde vivia em condições vulneráveis, e passou a morar na capital. Ao longo da vida, enfrentou sucessivos adoecimentos. A complexidade da história de Zulmira marcaria presença durante todo o tratamento, assim como a surpresa dos “quase-mortes”. Foi por meio do corpo que Zulmira encontrou o jeito de dar notícias de sua fragilidade. Sua chegada ao tratamento também se deu pela via do que o corpo sofre e comunica. Zulmira havia sido afastada do trabalho dois anos antes, após uma série de questões de saúde.

Era servidora pública, com atuação junto a pessoas em situação de vulnerabilidade. Durante o primeiro ano de tratamento, sofreu internações com quadros graves. Ademais, a analisanda esteve casada durante muitos anos com um homem que se referia ter “um pé e meio na África”, mantendo hoje certa relação matrimonial burocrática, morando em outra residência. Teve filhos dessa relação.

O ACONTECIMENTO

Passado o primeiro ano de tratamento, a tropeços e cambaleios, deu-se o acontecimento. Em uma sessão, Zulmira havia desferido várias falas preconceituosas ao relatar a visita ao colégio da neta adolescente. Disse ter procurado, durante a reunião escolar, a professora mais velha, por acreditar que seria quem poderia contribuir com maior relevância para a avaliação de Amanda. Reclamou da neta por defender os “pobres e oprimidos”, apontando dificuldades no diálogo entre as duas, sentindo que suas preocupações não eram levadas a sério. Como, por exemplo, a queixa de que os cabelos da amiga da neta, cabelos crespos da amiga negra, poderiam ter piolho e contaminá-la. Ou dizer que o menino pelo qual Amanda estava interessada era “veadinho”. Fico engasgada. O questionamento se impunha, mais que necessário.

Aponto a Zulmira o que vinha escutando: sua valia ao discurso de pessoas mais velhas, seu desgosto pelas companhias da neta, pelo que eram e representavam, e faço a indagação sobre como seria para ela estar comigo, uma profissional bem mais jovem do que ela, sendo uma mulher negra. Zulmira se assusta. Vejo em seus olhos o que chega de sobressalto. Volta a mim um olhar furioso e perdido. Então, questiona sobre a analista ser negra e mulher, pois lhe parecia que eu tinha a cor dos seus filhos e, para ela, cabelos enrolados qualquer criança teria. O silêncio paira. Após alguns segundos, que pareceram minutos, Zulmira argumenta, com raiva, sobre a analista ter progenitores brancos. Não se aplicava, e foi o que disse a ela. Questiona, enfim, se eu teria vindo das cotas. Fico impactada com a forma como o processamento de Zulmira se desenrola e, com dificuldades de compreensão sobre o que viria a significar sua pergunta, ou mesmo a resposta, ofereço uma negativa à sua indagação. Ao saber do acesso supostamente universal, aponto alívio embasado no discurso meritocrático. Irritada, quis saber por que a negritude da analista não teria sido revelada anteriormente, pois entende que eu poderia ter me ofendido com suas falas. Sente ter se mostrado ao máximo, o que compreende não ter ocorrido do outro lado.

Surpreendo-me ainda mais. Como assim dizer? Em algum momento alguém chega e diz: “Oi, tudo bem? Sou a fulana e eu sou uma mulher branca”? A questão caminha no terreno da racialidade. Ser negra não correspondia ao lugar esperado da classe de analisandas. Tampouco parecia possível me reconhecer na cor infamiliar. Afinal, sendo minha pele considerada negra, Zulmira teria filhos negros? Algo escapava no reconhecimento da analisanda em relação à analista enquanto pessoa negra. Se negros são associados à brutalidade, à selvageria, à infantilidade e à irracionalidade, quem seria a analista frente a Zulmira? Uma identidade intermediária entre o ser e o não ser?

DISCUSSÃO

RECONHECIMENTO

É preciso iniciar dizendo que quem escreve é uma mulher negra de pele clara, filha de mãe negra e de pai de ascendência indígena mestiça. Como aponta Munanga (2019), dentre o grupo de mestiços, existem os disfarçáveis, os indisfarçáveis e aqueles visivelmente negros. Entendo que, neste recorte, encarno a posição da negra mestiça que se aparenta disfarçadamente, tanto por características fenotípicas “não tão negras assim” quanto pela máscara branca da intelectualidade psicanalítica. Pereira (2023) destaca que é a combinação dos traços racializados que produz sentidos e significações ao corpo da pessoa negra de pele clara e

que, portanto, esta seria uma categoria de identificação racial atribuída socialmente a pessoas pardas, morenas e mestiças.

Para tanto, é preciso lembrar que a miscigenação, historicamente, constituiu-se no Brasil como projeto de extinção integral da população negra (Munanga, 2019). É por meio do processo de mestiçagem e embranquecimento da população que o país se forja no mito da democracia racial, estratégia assentada na desmentida do racismo, que impede sua consciência objetiva e enfraquece as mobilizações sociais do povo negro. O racismo brasileiro se firma na preterição de traços negroides, baseada na estética, na cultura e nos costumes, o que, nas palavras de Nogueira (2007), concebe-se como racismo de marca. No entanto, Pereira (2023) é contundente quando afirma que “ser negro/a e ter a pele clara ou menos escura... não mobiliza uma condição estrutural de privilégio. Não há privilégio quando estamos diante de uma sociedade estruturada pelo racismo e pela branquitude” (p. 46). Para pessoas negras de pele clara, o que se apresentaria seriam concessões circunstanciais e individuais, acesso que, segundo a autora, poderia estar condicionado à permissão branca de circulação do sujeito negro. O racismo chega estruturalmente da mesma forma às pessoas negras, e o que torna possível sua jornada são suas máscaras brancas.

Enquanto psicanalista negra, é preciso reconhecer que a psicanálise, como ciência moderna, carrega em seu íntimo a conceituação do inconsciente a partir do sujeito branco e da localidade europeia, sendo seu berço o colonialismo. Nas palavras de Fanon (2020), uma tradição científica que desconsidere a sociogênese e se queira universal é uma tradição colonialista. Diante de circunstâncias estruturais que atravessam a psicanálise, parece fundamental questionarmos os limites dessa psicanálise embranquecida para a compreensão das relações raciais, especialmente no contexto complexo do território brasileiro colonizado. Para tanto, aposto, tal como Santos (2023), que “o dispositivo psicanalítico está abastecido de um relativo potencial de fazer frente ao modelo científico hegemônico, desde que uma desmentida não seja acionada para camuflar as suas limitações” (p. 28).

Paim e Cidade (2021) provocam implicação quando tensionam a ausência de pessoas negras nos institutos de psicanálise e questionam: “quando vamos começar a estranhar a presença do ‘negro e da negra únicos?’” (p. 69). Os autores identificam o racismo nas casas psicanalíticas quando, por “omissão, conivência ou indiferença”, ele se perpetua por meios ideológicos colonizadores, seja pela teoria racializada colonial, seja pela desmentida do racismo institucional. Tomando como direcionadoras as argumentações de Paim (2021) acerca da escassa pauta do racismo nas produções em psicanálise, faz-se urgente compreender as modulações do domínio da branquitude quando estabelecida a desmentida do racismo no corpo do saber psicanalítico, assim como a escassez de trabalhos que se propõem a pensar o político e o social na psicanálise, de modo que os estudos sobre as relações raciais e sociais na clínica psicanalítica constituem-se à margem do que é considerado psicanalítico.

IDENTIDADE INTERMEDIÁRIA

Em determinada passagem, Fanon (2020) utiliza-se de um recorte do romance autobiográfico *Um homem igual aos outros*, de René Maran, para explicitar certa identidade intermediária entre o ser e o não ser:

Você não é negro, você é “excessivamente moreno”. Esse processo é bem conhecido pelos estudantes de cor na França. Recusam-se a considerá-los negros autênticos. O negro é selvagem, enquanto o estudante é evoluído. Você é um de nós, disse-lhe Coulanges, e, se alguém o considera negro, é por engano, pois de negro você só tem a aparência ... (Fanon, 2020, p. 84).

Compreende-se que a intelectualidade resguarda para a pessoa negra uma certa posi-

ção evolutiva na categoria do não ser, ainda que sua existência não esteja garantida. Sob a conceituação de dispositivo foucaultiano, Carneiro (2023) propõe o dispositivo de racialidade, que operaria na afirmação positiva do Ser em detrimento da negatividade presente no Outro, por meio da diferença racial entre brancos e não brancos. Ou seja, “o dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou distanciamento desse padrão” (Carneiro, 2023, p. 31-32). Instala-se o desejável na brancura, como a possibilidade do vir a existir, e, como lembra Nogueira (2021), é ao lado da brancura que a civilização, a sabedoria e a nobreza estética se alojam, imputando ao outro, ao negro, a inferioridade do ser. O mal é expurgado do branco e delegado ao negro.

Na esteira das pactuações do humanismo branco, Mills (2023) estipula a vigência do contrato racial, sistema político colonial não nomeado que busca assegurar a supremacia branca global a partir do privilégio socioeconômico, das normas de distribuição de riqueza, das oportunidades e dos direitos e deveres tratados entre seus iguais brancos. A tomada dos desiguais não brancos como objetos de subjugação sustenta as bases coloniais da expropriação contemporânea, consubstanciada na dimensão concreta e simbólica do capitalismo racial. É o que, nas palavras de Bento (2022), chamou-se pacto da branquitude: o acordo tácito entre herdeiros colonizadores que se beneficiam de heranças materiais e simbólicas de origem escravocrata, transmitidas faseadamente como meritocracia. Assim, forças estruturais atuam na manutenção da posição subalternizada da pessoa negra, tornando a movimentação do negro sempre uma luta por existência material, simbólica e psíquica.

De volta a Carneiro (2023), a autora mostra o operacionismo do biopoder no dispositivo de racialidade, quando este passa a atuar como estratégia de eliminação do outro indesejável e escolhe quem merece viver e quem será entregue à morte, na lógica filicida do Estado e nas insígnias do contrato racial. Aponta, sobretudo, a lógica epistemicida que desqualifica o conhecimento dos povos subjugados, implicando indigência cultural, seja pelas barreiras de acesso à educação (de qualidade), seja pela deslegitimação do negro enquanto produtor de conhecimento. Destaca que é por meio da destituição da razão do sujeito negro que sua capacidade de pensamento crítico original é restringida, e ele é sentenciado violentamente à assimilação cultural do colonizador. A educação, nesse sentido, é elemento estratégico fundamental no projeto epistemicida brasileiro, pois sequestra a possibilidade de libertação, aprisiona o negro à condição de inferioridade cultural dos povos africanos e articula a manutenção do conjunto de características definidoras do ser, isto é, civilização, história e cultura, que se apresentam incompatíveis com sua constituição de outro, de não ser.

A dimensão da língua do colonizador assume papel essencial na constituição psíquica do colonizado para Fanon (2020), pois, para ele, “falar... é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (p. 31). Aponta que assumir a língua francesa, no contexto martiniquense, aproximaria o negro da figura do homem verdadeiro, do homem universal europeizado e branco, e o afastaria de sua selvageria e, portanto, o tornaria humanizado. Nascimento (2023) defende que a ideia de língua própria vinda do negro, incompatível com a norma culta, dita neutra da língua, estaria entranhada na zona do não ser fanoniana, isto é, na interpretação de que pessoas negras teriam sua humanização negada quando se expressassem em sua linguagem não branca. O linguicídio (Nascimento, 2023), tal como o epistemicídio (Carneiro, 2023), qualifica o assassinato do conhecimento do outro e, portanto, dos povos originários e afrodescendentes colonizados. Assim, a tomada de reconhecimento do pretuguês (Gonzalez, 2020b) atualiza a resignificação da cultura brasileira com as marcas da africanização, processo de legitimação da herança cultural do negro brasileiro.

Questionar os limites da língua discursiva do colonizador enquanto psicanálise europeizada parece ser um desafio para a psicanálise contemporânea implicada. É importante nos interrogarmos até que ponto, na história psicanalítica, buscou-se patologizar negros e negras por suas questões psíquicas, utilizando-se da falácia meritocrata (Paim, 2021) e do

mito da democracia racial para negar diferenças históricas das pessoas negras e, portanto, negar seus privilégios. O pacto narcísico (Bento, 2022), feito entre psicanalistas brancos, tem sustentado uma psicanálise colonizadora, que desmente o racismo a serviço da manutenção de heranças materiais e simbólicas da branquitude, baseada no contrato racial. Interrogar o racismo presente na psicanálise, recorrendo ao possível em uma psicanálise implicada, coloca em marcha a potencialidade do disruptivo na herança freudiana (Paim, 2021). Para tanto, é preciso, ainda, reconhecer as diferenças entre os processos constitutivos psíquicos e sociais instituídos para o sujeito negro, assim como a manutenção cotidiana da subalternização do negro no Brasil.

INCONSCIENTE RACIALIZADO

Costa (2021), em prefácio à primeira edição do livro *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, de Neusa Santos Souza, afirma ser a violência o centro dos estudos acerca das vicissitudes do negro:

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro (Costa, 2021, p. 25).

Costa (2021) elenca três traços de violência racista para o sujeito negro: o primeiro, de cunho intrapsíquico, consiste na busca pela destruição de sua identidade por meio da internalização do ideal de ego branco; o segundo diz respeito à violência dirigida ao corpo, ou seja, ao estabelecimento de uma relação persecutória com sua imagem corporal; por último, a cooptação de seu pensamento pelo branco, deixando-o barrado do prazer no pensar sobre si e destinado à dor da pressão racista. Para o autor, os mecanismos do racismo impõem-se de tal modo que o sujeito negro é extirpado de sua capacidade criativa, subtraído de sua potencialidade de sujeito e alienado do sentimento de si.

Nogueira (2021) tematiza que o racismo se inscreve no inconsciente tanto para os brancos quanto para os negros. Para a autora, o processo de construção imaginária do sujeito branco tende a acontecer de forma tranquila se nada de extraordinário se passar ao longo de seu desenvolvimento, podendo passar por sentimentos de estranho inquietante para, em seguida, recompor-se “na certeza de que será confirmado sujeito pelo olhar do outro” (Nogueira, 2021, p. 119). Enquanto isso, o estranho inquietante para os negros seria o sucessivo reconhecimento de sua condição de não ser, experiência de reencontro com uma imagem negada. Para a autora, a determinação racista acontece antes mesmo de a criança negra nascer, pois, sendo o ideal de ego branco para a mãe negra, a mãe negra deseja o bebê branco tal como deseja a brancura para si.

Assumir o compromisso de uma clínica psicanalítica racializada está associado ao reconhecimento do histórico pacto narcísico que a psicanálise efetuou com a branquitude para, então, descontinuar o contrato racial oculto que rege a exclusão da raça e das pessoas negras nas instituições de psicanálise. Enquanto analistas, trata-se de nos comprometermos com o fazer ético, no intuito de ampliar a escuta e de nos vermos com o renegado pela classe e pelo próprio psiquismo. No que toca às instituições, cabe o reconhecimento das ações epistemicidas direcionadas a autores e autoras negras, em benefício de correntes hegemônicas de pensamento da branquitude, e, então, a promoção de estudos voltados à metapsicologia do sujeito negro, bem como às relações raciais na clínica, além de ações reparatórias para pessoas negras na posição de analistas. Uma psicanálise que desconsidere a racialização constitui uma ciência colonialista atuante na contemporaneidade.

CLÍNICA RACIALIZADA NO CASO ZULMIRA

No recorte clínico exposto, Zulmira traz em suas falas a materialização do discurso racista antes velado. Queixa-se das insuficiências de pessoas que carregam traços do que lhe é desprezível. Quando o racismo se impõe de forma escancarada na relação transferencial e a analisanda é questionada, esta defende-se do abominável que seria ser sua analista negra: “você tem a cor dos meus filhos!”. Entende haver algo de errado na enunciação da negritude e passa a atribuir ao cabelo crespo, traço negroide, a característica de infantilidade. O ser primitivo, infantil e irracional condensado na expressão “cabelo enrolado qualquer criança tem!”. Penso onde a analista estaria na transferência para Zulmira. Em fantasia, seria eu criança, passível de dominação? A transferência se dava na filiação da analista? Estaria a analisanda branca frente a uma analista não toda desenvolvida, certa identidade analítica em construção, intermediária entre o ser e o não ser?

Desde o início do tratamento, Zulmira se posicionava admirada pela intelectualidade. Gostava de se ver “diferente” dos familiares quando se reconhecia “cult” ou quando dizia que “sabia conversar” sobre assuntos que agregam, e não sobre fofocas. Orgulhava-se em dizer que havia conseguido convencer o marido a investir nos estudos dos filhos, que era o que poderiam oferecer a eles. Todos concluíram a graduação e trabalham a partir de suas formações. Sua mãe (adotiva), muito admirada por Zulmira, era professora e a pessoa que assessorava a família nos assuntos burocráticos, administrativos e de proteção social, posição que Zulmira passou a assumir tanto na família quanto profissionalmente. Minha figura, enquanto representante de certa intelectualidade, comprometida com estudos teóricos e técnicos, uma vez que a analisanda busca tratamento em uma instituição de pós-graduação, arma uma pseudoproteção frente aos seus desprezos onipotentes dirigidos a mim, pois, como destaca Fanon (2020), “se alguém o considera negro, é por engano, pois de negro você só tem a aparência” (p. 84).

Quando sou perguntada “você é das cotas?”, penso que Zulmira se referia à utilização de algum programa social, programas esses aos quais a analisanda expunha muitas reticências. Costumava queixar-se dos usuários de sua unidade de trabalho que se beneficiavam de programas governamentais e se acomodavam na vida. Criticava também o uso que esses faziam dos benefícios, conforme acreditava ser mais ou menos importante a aplicabilidade destinada. Se estivesse de acordo com o que analisava ser de bom uso, bem; senão, “vagabundos!”. Quando respondo à sua pergunta, o que entendo ser a respeito das ações afirmativas na graduação, percebo seu alívio no julgamento direcionado a mim. Afinal, não seria mais uma negra acomodada: “ah, então você conseguiu vencer”. E, então, surge o medo de retaliação à exposição feita, afinal, tendo dito as mais variadas falas, as quais Zulmira percebe como potencialmente racistas, o que poderia ser imputado a ela? “Mas por que é que você não me disse isso antes? Eu te disse tantas coisas, você pode ter se ofendido. Eu me abri, me mostrei ao máximo pra ti. Você não me disse isso antes.” A lógica binária punitivista, entre bom e mau, culpado ou inocente, presentifica-se em si mesma. E, nesse momento do tratamento, a raiva por ter confiado na analista, a ponto de despir-se de suas proteções para mostrar-se cruelmente e racista, impõe-se, sendo desferida a mim. Zulmira mostra-se decepcionada, raivosa e ressentida para continuar o tratamento.

É preciso destacar a posição de ambivalência de Zulmira. Até o acontecimento, vínhamos de uma frequência de duas sessões semanais. Entre dificuldades e hospitalizações, continuávamos juntas. Suas condições de saúde baseavam-se em paradas súbitas de continuidade. Algo que vinha e se interrompia por algum motivo e a colapsava. Zulmira mostra-se sensível a mudanças bruscas; no entanto, concomitantemente, parece sentir-se seduzida por elas. Seu casamento acontece assim. José é admirado por sua ousadia, sentimento de que sairia ileso de qualquer situação, mesmo que fora da lei. A transgressão cotidiana de José mantinha o duplo em Zulmira: aquele que faria tudo por ela, se necessário, para o bem e para o mal. Em fantasia, ele arriscaria tudo para salvá-la e para matá-la. Entendia que, na dinâmica transferencial,

eu representava para Zulmira alguém em quem poderia confiar, apesar de sua desconfiança, um confiar desconfiado. Havia certo reconhecimento de que eu estaria ali para ajudá-la, um objeto que poderia suportá-la.

José vinha de uma família negra numerosa e sem muitos recursos financeiros. Zulmira carregava a ambivalência entre a família de origem extensa e despossuída de bens e a vivência confortável da família adotiva, composta por ela, o pai e a mãe. Engravidou no final da adolescência e, envergonhada por sua condição, abandonou o colégio. Frases familiares de como não se deveria misturar com gente diferente, muito menos engravidar, ecoavam em seu psiquismo. Zulmira se culpava por ter escolhido José, por ter se apaixonado e, de alguma maneira, seguir amando este homem. O objeto amoroso que personifica a bestialidade, a mundanidade e a impulsividade. Penso na hipótese de que Zulmira encontrou alguém que atuava seus desejos reprimidos e, assim como a urgência da vida pela impulsividade, aproximava-se do flerte com o risco e com a morte. José também insistiu em tê-la como namorada. Ousou aproximar-se dela frente à sua família, apesar dos rechaços recebidos. Zulmira parece ter se apaixonado por essa insistência, pelo desejo de alguém por si. Porém, após frustrar-se, não receber o que entendeu ser prometido, ao negro ficou o que era inferior. José era julgado por qualidades que não vingavam por sua incapacidade intelectual e relacional. Passou a representar o que foi expurgado de Zulmira e de sua brancura: o mau do mundo.

É preciso dizer que Zulmira se constituiu psiquicamente tal como Minerbo (2020) define a não neurose. Estruturou-se com porosidade no escudo protetor, com predominância do processo primário através das somatizações descarregadas no corpo, em mecanismos de defesa baseados nas angústias de aniquilamento e de separação, operando a clivagem e a desmentida. Penso que seus objetos primários tiveram dificuldades no trabalho de ligação representacional e inscreveram-se em seu psiquismo com toxicidade. A subjetividade, portanto, utiliza-se da clivagem para se defender do sofrimento narcísico-identitário (Minerbo, 2020), enquanto uma parte torna-se capaz de representar a experiência e outra é incapaz de tal processamento. Zulmira se mantém em carne viva na espera de um “objeto que possa descarregar seus afetos penosos, esperando que eles lhe sejam devolvidos em forma ‘ligada’, isto é, com algum sentido — entrando, assim, na corrente de sua vida psíquica” (Minerbo, 2019, p. 66). A condução do tratamento seguiu a dança dentre a rede de representações esburacadas de Zulmira, com aspectos por vezes desmentidos, na expectativa de que pudéssemos, juntas, costurar suas ranhuras. O sonho seria a costura. O possível, até então, vinha sendo a caminhada acompanhada.

A operação de simbolização primária recorrida pela analisanda no percurso do tratamento analítico relaciona-se ao retorno do clivado, ou seja, de elementos perceptivo-sensitivo-motores (Minerbo, 2020) irradiados pela analisanda e processados pela analista principalmente através do sentir, a fim de perceber algo dela que ela mesma não poderia. Entendo que a fratura da desmentida do racismo esteve associada à exposição dos recursos utilizados por Zulmira para sentir-se menos insignificante. O racismo opera como tentativa de se perceber mais valiosa que o outro, sobrepondo-se àquele que é o não ser para conseguir se afirmar frente à sua fragilidade. O outro objetificado — não humano — tem a função de qualificar positivamente Zulmira enquanto sujeito, à medida que abastece seu narcisismo. O objeto amado, compreendido como objeto narcísico (Minerbo, 2020), após ter fracassado em suas funções psíquicas, torna-se alvo dos afetos sádicos presentes na violência racista do massacre da identidade do outro, a fim de valer-se das gratificações de sua autovalorização enquanto fetichização da brancura. Zulmira tem sua humanidade preservada, enquanto José representava os meios pelos quais ela mantinha sua marca de civilização.

Perguntava-me muitas vezes o que eu representava para Zulmira na transferência. Ora sentia que não existia para ela, ora me percebia como um objeto do qual a analisanda se utilizava para descarregar suas angústias e se aliviar. Apesar do mascaramento da minha negritude por meio da intelectualidade e da pele clara, características que me conferiam certa

identidade intermediária, assim como José, vinha sendo eu seu objeto de despejo. Após o acontecimento, entendo que passei a existir como sujeito, cujo ser possui percepções próprias na relação terapêutica, e tornei-me um objeto mau que possuía uma carta curinga para retaliá-la. A represália parecia anunciada e aguardada. As pulsões de destruição, fontes do traumatismo precoce, agora voltavam-se para si. A pulsionalidade não ligada manifestou-se a partir do ódio dirigido a mim, este proporcional à ameaça de morte psíquica sentida por Zulmira, e colocava em risco o vínculo analítico. É preciso destacar que, em outros momentos, a analista era percebida como objeto mau que a provocava, cutucava suas feridas, a ponto de Zulmira se emocionar. A analisanda referia o choro como fraqueza e, de certa maneira, atribuía à analista um movimento sádico: vê-la sofrer e fazê-la sentir-se ainda mais culpada. Para Zulmira, a integração vinha como um massacre, desejo sádico da analista. Ainda assim, mantinha-se em tratamento.

Penso a analisanda como a criança não bem-vinda (Ferenczi, 2011a) que registrou, de alguma maneira, os sinais da indisponibilidade dos objetos primários e que teve sua vontade de viver fraturada. A pulsão de morte desenlaçada atuou em Zulmira quando atuou das mais diversas situações de quase morte. Diz Ferenczi (2011a) que, quando crianças acolhidas com rudeza não falecem ao longo do desenvolvimento, conservam certo pessimismo e aversão à vida. A saída possível, aponta o autor, é a libidinização do paciente por meio do tratamento conduzido com tato, a faculdade de “sentir com” (Ferenczi, 2011b), e fonte de ternura, a fim de exercer o cuidado despretensiosamente, sem as exigências iniciais do trabalho analítico, de modo que o paciente possa agir como uma criança e, posteriormente, ser introduzido, com prudência, às exigências de frustração e à responsabilização do sujeito.

A possibilidade de suportar os ataques e os extravasamentos da analisanda, dando contornos ao inominável pulsional solto, produz o espessamento psíquico, permitindo recheá-la com experiências subjetivadas pela analista (Minerbo, 2020). Na esteira do que sugere Gonzalez (2020a), na figura da mãe preta, aquela responsável pelos cuidados relativos à função materna na primeira infância e atuante como figura emblemática de estruturação psíquica das crianças brancas, é a analista negra que enlaça as pulsões soltas, reconhecendo e nomeando, a partir do testemunho, aquilo que se impõe como traumático para Zulmira.

Penso na hipótese de que Zulmira possa ter se mantido, inicialmente, no tratamento pela figura da analista negra de forma nem tanto infamiliar. Seria por meio da possibilidade do exercício de poder na dupla terapêutica, na pessoa da analista, que a analisanda poderia se sentir mais fortalecida e abonada. De fato, a branquitude lhe confere o escudo protetor possível frente a tamanha fragilidade narcísica. Sua existência é confirmada no inconsciente social racializado enquanto sujeito portador de características afirmativas e humanizantes do ser. No entanto, sendo a ambivalência algo inerente ao seu psiquismo, Zulmira sentia que a analista, mesmo negra, detinha influência sobre si. Por enxergá-la boa e má, passível de suportá-la, insistia em continuar no tratamento.

A escolha pela vinheta clínica do caso Zulmira deu-se pela pretensão de expor pontualmente as nuances da utilização do discurso racista como estratégia de afirmação do sujeito frente às intempéries da constituição psíquica da analisanda. Apesar de o racismo empregado como recurso emergir da singularidade do sujeito, é preciso reconhecer que o racismo é uma estratégia social de manutenção da supremacia branca, de preservação dos benefícios históricos, materiais e simbólicos advindos da colonização, que seguem presentes na coletividade como sistema político. São urgentes discussões que aprofundem o aporte teórico psicanalítico sobre a formação sócio-histórica do sujeito na cultura, a fim de compreender os matizes da formação integral do sujeito. Reconhecer que a cultura brasileira, mas não só, está assentada no racismo estrutural põe em jogo a possibilidade de decolonização e de fratura da desmentida social por meio da memória, exercendo o compromisso ético da psicanálise com o sujeito. Ainda, é preciso dizer que é através da mulher negra, na condição analítica de sujeito suposto

saber, como transmitido neste trabalho, que, mais uma vez, a maternagem no Brasil é feita por uma mulher negra (Gonzalez, 2020a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mulheres negras ocupam historicamente o lugar social de subalternidade. Principais alvos de violência desde o estupro colonial original, foram submetidas a burros de carga da escravização. Pilares da sustentação da economia colonial na forma de produtos, produtoras e reprodutoras da sociedade escravocrata. É através do sexismo que a mulher negra experimenta o que sobra do lixo do outro e tem sua subjetividade massacrada política, econômica e socialmente. Diz Gonzalez (2020a): “ser mulher e ser negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (p. 58).

Para tanto, partindo da compreensão da hegemonia da branquitude no círculo psicanalítico e da leitura hierárquica de sua estrutura patriarcal, o que poderia a mulher negra na psicanálise? Poderia a subalterna falar? Acredito que sim. Virgínia, Lélia, Neusa e Isildinha abriram caminhos para a ocupação de corpos negros e femininos na psicanálise e trouxeram ao palco as dimensões do racismo inscritas no inconsciente coletivo enquanto neurose cultural brasileira, o inconsciente racializado, tal como a dinâmica do tornar-se e reconhecer-se negra no cenário brasileiro. No entanto, assim como pregamos na intimidade dos consultórios clínicos, é preciso antes recordar, repetindo, para então elaborar o que está posto. Discutir o sujeito de forma genérica, supostamente universal, implica uma ciência a-histórica, desconhecendo e desmentindo séculos de desigualdades acumuladas. Uma psicanálise que se valha de sua potência crítica exige uma nova extinção da escravatura encarnada no saber psicanalítico.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.
- COSTA, Jurandir Freire. Prefácio à edição original. In: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Zahar, 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS — DIEESE. *As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio*. 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 12 set. 2024.
- EVARISTO, Conceição. Certidão de óbito. In: EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de R. Camargo e S. Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.
- FERENCZI, Sándor. A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. Trad. de A. Cabral. In: FERENCZI, Sándor. *Obras completas — psicanálise IV*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011a. p. 55-60. (Original publicado em 1929)
- FERENCZI, Sándor. Elasticidade da técnica psicanalítica. Trad. de A. Cabral. In: FERENCZI, Sándor. *Obras completas — psicanálise IV*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011b. p. 29-42. (Original publicado em 1928)
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia et al. (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia et al. (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.
- KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de R. Camargo e S. Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.
- MILLS, Charles Wade. *O contrato racial*. Trad. de T. Reis e B. Santos. São Paulo: Zahar, 2023.
- MINERBO, Marion. *Neurose e não neurose*. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- NASCIMENTO, Gabriel. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. *Gragoatá*, v. 28, n. 60, e-53299, 2023.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, 287-308, 2007.
- PAIM, Ignácio Filho. Negros e negras — desafios para tomar posse do território psicanalítico — o tornar-se psicanalista por ações reparatórias. In: PAIM, Ignácio Filho. *Racismo: por uma psicanálise implicada*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2021.
- PAIM, Ignácio Filho; CIDADE, Wania. Podem negros e negras frequentar os institutos de psicanálise? In: PAIM, Ignácio Filho. *Racismo: por uma psicanálise implicada*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2021.
- PEREIRA, Carolina da Silva. *Pessoas negras de pele clara: um olhar para a identidade racial*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247522>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- SANTOS, Bryan Menger dos. *A importância do inconsciente na vida política de massas: a pesquisa psicanalítica do discurso fascista*. 2023. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/263432>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Zahar, 2021.

Artigo enviado: 2 de junho de 2025

Artigo aceito: 5 de janeiro de 2026